



**CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 576/2017**

“Estabelece o uso de uniformes nas dependências da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco – MG e dá outras providências”.

A Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, utilizando-se de suas atribuições, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Autorizar a aquisição de uniformes para o uso dos servidores lotados na Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco-MG, sendo o uso indispensável no exercício de suas atribuições.

Art. 2º - Obrigar-se-á Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/MG fornecer gratuitamente o uniforme aos seus servidores, cujas despesas serão cobertas com dotações do orçamento vigente.

Parágrafo único - A obrigatoriedade do uso de uniforme restringe-se aos servidores lotados na Câmara Municipal, que deverão utilizá-lo diariamente, durante o horário regular de expediente e em eventual horário extraordinário, exceto em sessões solenes.

Art. 4º - O uso do uniforme é obrigatório para todos os funcionários, excetuando-se de sua utilização os membros do corpo jurídico da Câmara Municipal por estarem abrangidos por regulamentação própria (Art. 58, inciso XI, Lei 8906/94 – EAOAB).

Art. 5º - A Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/MG fornecerá anualmente 05 (cinco) camisetas para cada servidor.

§ 1º - Quando do recebimento do uniforme, os servidores assinarão um “termo de responsabilidade”, onde se responsabilizarão pelo bom uso, zelo, guarda, conservação e limpeza dos uniformes.

§ 2º - Os servidores deverão repor os itens do uniforme que venham a faltar ou se deteriorar, às suas expensas, no caso de perda ou mau uso dos mesmos.

Art. 6º - Nos casos de término do vínculo do servidor com a Câmara Municipal, o uniforme deverá ser devolvido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º - A Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/MG deverá proceder à aquisição dos uniformes no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões Presidente Tancredo de Almeida Neves, 04 de outubro de 2017.

Maria Amábile Cadedo  
Presidente em Exercício da Câmara Municipal





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **JUSTIFICATIVA**

O uso de uniformes, tanto em empresas particulares, como em órgãos governamentais, é uma tendência mundial.

A roupa profissional tornou-se sinônimo de praticidade, modernidade, conforto, segurança, durabilidade e, atualmente, é um componente que contribui para estimular a autoestima dos funcionários.

No caso do Poder Público, a concessão de uniformes aos servidores atende à finalidade pública e contribui para o aprimoramento da Administração, quando organiza o padrão visual das repartições públicas; facilita a identificação do agente público e da entidade à qual está vinculado e proporciona melhores condições de trabalho aos servidores.

A Câmara Municipal, ao instituir o uso de uniformes em suas dependências cumpre recomendações legais, que possibilitam ser plenamente possível o fornecimento de uniformes funcionais aos seus servidores. Para tal foi observado os seguintes aspectos:

1. A existência de disponibilidades orçamentárias e financeiras para a aquisição dos uniformes;
2. A razoabilidade e a proporcionalidade entre os custos e os benefícios auferidos pela coletividade, bem como, o regramento licitatório e contratual estabelecido pela Lei nº 8.666/93.
3. A obediência ao princípio da legalidade, editando este ato normativo que estabelece regras disciplinadoras que versam sobre;

a) O fornecimento de uniformes respeita ao princípio da igualdade, sendo acessível a todos àqueles que estiverem na mesma ocupação;

b) Que o modelo e padrão dos uniformes a serem utilizados pela Câmara não possuam cores, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou partidária, obedecendo às vedações trazidas pelo § 1º, do art. 37, da CF/88;

c) A instituição de "termos de responsabilidade" onde os servidores se responsabilizarão pelo bom uso, guarda, zelo, conservação e limpeza dos uniformes;

d) previsão do ressarcimento ao erário nos casos de perda ou perecimento dos uniformes, desde que, comprovada a culpa do servidor.

Maria Amáble Gadedo  
Presidente em Exercício da Câmara Municipal